

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
CURSO: Ciências Econômicas

**CLIENTELISMO E DEMOCRACIA: A Política econômica do Governo
Lula e as eleições de 2010**

AGOSTO/2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA

CURSO: Ciências Econômicas

**CLIENTELISMO E DEMOCRACIA: A Política econômica do Governo Lula e as
eleições de 2010**

FREDERICO SANTANA DE OLIVEIRA

Monografia elaborada pelo acadêmico Frederico Santana de Oliveira como exigência do curso de graduação em Ciências econômicas da Universidade Federal de Pernambuco - CAA sob a orientação do professor Andre Luiz de Miranda Martins.

ANDRE LUIZ DE MIRANDA MARTINS

(ORIENTADOR)

Caruaru

Agosto/2014

AGRADECIMENTOS

Aproveito o espaço para agradecer a Deus, que rege minha vida e possui o controle de todas as coisas. Agradecer a todas as pessoas que de uma forma ou de outra me apoiaram nessa jornada de início da construção do conhecimento. A todos os professores com os quais tive prazer em aprender.

Agradeço a meus amigos, principalmente aqueles que durante toda minha vida me acompanham e não de acompanhar ainda por muito tempo: *José Everton, José Emerson, José Irandi, e João Paulo.*

Agradeço aos meus irmãos, Edson e Francisco, a minha noiva, Deisiane Felix, que me acompanha e apoia em todos os meus projetos, a minha mãe, Anelsina, que por toda minha existência nos momentos mais difíceis às conquistas esteve sempre comigo. Ao meu pai, Francisco, que não está mais aqui presente em corpo, porém que permanece vivo em minha alma pelos valores que deixou intrínsecos em mim.

Aos amigos e colegas da universidade: *Jaélcio, Mauro, Paulo, Igor, Wagner, Lucas, Walter.* Pelo apoio moral e intelectual, meu muito obrigado.

Um agradecimento especial Ao Professor Dr. André Martins, pela paciência, pela orientação e principalmente por apontar-me o caminho pelo qual pretendo seguir na perspectiva da consolidação de minha carreira.

A TODOS MEU MUITO OBRIGADO!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (GRÁFICOS)

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Gini de 1995 a 2010

Gráfico 2 – Metas Inflacionárias brasileiras – 2003 a 2010

Tabela 1 – Brasil, Evolução do PIB brasileiro – 2003 a 2010

Gráfico 3 – Histórico da inflação efetiva brasileira – 2003 a 2010

Tabela 2 – Brasil, Bolsa-Família – 2004 a 2009

Tabela 3 – Brasil, Indicadores de Salário e Consumo das Famílias – 2003 a 2009

Tabela 4 – Brasil Resultado final da eleição presidencial de 2010

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. Caracterização do problema.....	9
1.2. Metodologia.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. O conceito de troca.....	10
2.2. O Clientelismo ao longo da História.....	14
2.3. Coronelismo.....	15
2.4. O Governo do PT e o Clientelismo.....	16
2.4.1. As Políticas Econômicas do Governo Lula.....	17
2.4.2. A Economia Brasileira no Governo Lula.....	19
2.5. As Motivações e os resultados das Eleições.....	24
2.6. O Poder do Clientelismo sobre Democratização.....	26
3. CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	29

Resumo

Dando ênfase a forma de interação que tem por base a troca clientelista, nota-se em vários momentos da história uma tentativa de subjugação, partindo do governo, a fim de manter a democratização distante, o que contribui para um alongamento da influência exercida com o objetivo de manter a população beneficiada, leal aos seus *patronus*. O governo do Partido dos Trabalhadores, que tomou posse em 2002, com a representação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adotou formas de políticas de cunho clientelistas, utilizando políticas monetárias e fiscais, além de políticas de distribuição de renda e sociais, onde se destacou, o Bolsa Família, mobilizando assim grande parte da população, e fazendo com que os mesmos criassem lealdade e respeitosa pelo *patronus*, Lula. Essas atitudes fizeram com que a população, baseada nas expectativas adaptativas, tomassem por referência a gestão passada para eleger a candidata apoiada por Lula. Dessa forma, entendeu-se que o clientelismo tem o poder de estagnar uma nação, fazendo com que a subjugação em que a população está inserida seja determinante para que a democracia não seja exercida.

Palavras-Chave: Clientelismo, Lula, Bolsa Família, Democracia

1. INTRODUÇÃO

1.1. Caracterização do Problema

Dando ênfase a forma de interação que tem por base a troca clientelista, nota-se em vários momentos da história uma tentativa de subjugação, partindo do governo, a fim de manter a democratização distante, o que contribui para um alongamento da influência exercida com o objetivo de manter a população beneficiada, leal aos seus *patronus*.

Diante dessas investidas, de subjugo a população, os efeitos são refletidos nas campanhas eleitorais, onde os eleitores não se dão o trabalho de analisar candidato por candidato, suas propostas, seus supostos ideais, e sim, apenas observam os benefícios que lhes foram dados por seus *patronus*, e a partir daí exercem seu suposto papel de cidadão, fazendo com que a prática clientelista se consolide mantendo suas principais características.

O clientelismo é considerado um tipo singular de troca e essa troca possui caráter assimétrico. Ele abrange estudos nas mais diversas áreas, porém para as pretensões aqui definidas, este trabalho levará em consideração as interpretações históricas e dará ênfase a troca clientelista na política.

Por tanto, o trabalho tem por objetivo principal verificar a influência das políticas econômicas do governo Lula, principalmente as políticas de distribuição de renda com o programa “Bolsa Família”, na decisão dos eleitores para a eleição presidencial de 2010.

Este trabalho contém, além desta introdução e de um capítulo que traz a metodologia de pesquisa, mais duas seções. A segunda seção que é o referencial teórico trata: do conceito de troca, importantíssimo para entender as trocas clientelistas; do clientelismo ao longo da história, que demonstra a existência deste fenômeno em outras partes do mundo na visão de alguns autores; do coronelismo, que foi fruto de uma troca clientelista na época do Império no Brasil; do Governo do PT e o clientelismo, que relaciona as ações das políticas adotadas no governo Lula com as proveis intenções de votos por parte dos eleitores; das Motivações e os Resultado das Eleições, confirmando que a influência das políticas do governo Lula, ou seja, o clientelismo exercido pelo governo do mesmo, foi essencial para eleger a candidata Dilma; e do Poder do Clientelismo sobre Democratização, que demonstra que com o clientelismo a democracia não pode ser exercida de forma pura e descontaminada. E a terceira seção é a conclusão, que sintetiza todo o estudo realizado.

1.2. Metodologia

Para a produção desta monografia foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da dinâmica que permeia a questão dos efeitos do clientelismo na democracia. Na busca pelos dados foram consultados, além de livros e artigos, órgãos oficiais como, Banco Central, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o portal de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Sites e jornais, como O Globo e o Diário de Pernambuco. Os dados foram escolhidos de forma que pudessem mostrar um panorama amplo da realidade que se pretende expor.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. O conceito de troca

Para uma melhor análise das instituições políticas brasileiras ao longo do tempo e a observação da influência dessas no desenvolvimento da democracia, é necessário que se tome conhecimento do conceito de troca, já que o mesmo é o que rege toda a orquestra no jogo político. Abordar esse conceito possibilita a interpretação desse jogo. A maior parte das relações humanas dá-se através da troca, a qual é uma forma de interação entre os homens, ela possui interesses relevantes que estão sempre ameaçados. (Simmel, 1971).

Segundo Simmel (1971):

Ora [agora] toda interação é corretamente encarada como uma espécie de troca. Isso é verdadeiro para cada conversa, cada amor (mesmo quando retribuído desfavoravelmente), cada jogo cada ato de exame recíproco [...] o significado da troca, ademais, é que a soma de valores é maior do que era antes, e isso implica que cada parte dá ao outro mais do que ele possuía. (Simmel, 1971:43-4)

A troca é uma forma de interação que quando realizada entre indivíduos um dá ao outro mais do que ele detinha consigo, isso ocorre devido a satisfação do desejo alcançado ou da necessidade que será suprida. A interação ocupa um lugar num “espaço” maior, enquanto a troca ocupa um espaço mais estreito. Entre os ganhos e perdas do dia-a-dia que ocorre em

diversos âmbitos na vida do homem, a troca tem a conseqüência de racionalizar as vivências que geram essas perdas e esses ganhos. (Simmel, 1971)

As interações são relações naturais que permitem a troca, a troca gera um valor e a definição desse valor leva em consideração o custo de oportunidade e a escassez. Um bem é obtido com sacrifício, ou seja, a custa de outro bem que a pessoa precisou desfazer-se, essa troca gera um resultado, e esse resultado produz um excedente de satisfação em relação ao que é obtido antes da ação. (Simmel, 1971)

Para este pensador (1971), a interação do homem em sociedade se dá devido ao interesse da busca incondicional de suprir suas satisfações e necessidades. Assim, os impulsos que estão presentes no ser humano promovem essa interação fazendo com que surja a conveniência. Ao mesmo tempo em que o homem influencia também, ele, é influenciado pelos demais. Com isso, essa interação contribui para formar uma sociedade.

Homans (1971), o individuo tenta adaptar-se ao ambiente tentando otimizar suas escolhas, de forma que obtenha mais ganhos tendo um menor custo. Tudo exige um sacrifício. Os autores da troca, segundo a teoria da troca, têm a liberdade de escolha e o interesse maior está em obter aprovação social. Eles preferem receber elogios ao invés de crítica estabelecendo dessa forma taxas de trocas para coisas que trocam, sendo essas coisas tangíveis ou não. Os custos estão associados a taxas de trocas advindos da produção de ações.

As instituições agem de maneira semelhante as relações interpessoais de troca a diferença é o grau de complexidade. A complexidade surge pelo fato da relação troca ser de maneira indireta e também por conta das atividades serem especializadas.

Homans (1971), afirma que:

Quando a recompensa líquida de A – Isto é, comparada com suas alternativas – em praticar a ação que recompensará B é menor, pelo menos tal como percebida por B, do que a recompensa líquida de B em praticar a ação que recompensará A, e B, em conseqüência, modifica seu comportamento de uma maneira favorável a A, então A exerceu poder sobre B. B tem menor poder de negociação do que A porque acredita que precisa mais de A do que A precisa dele (Homans, 1971:83).

O poder encontra-se no jogo da dependência. Na troca política há um jogo de recompensas e custos que se caracterizam por serem assimétricos onde um manda e o outro obedece. Dessa forma podemos dizer que no jogo político A, representa um governante que exerce poder sobre um indivíduo B. Esse individuo será recompensado assim como o

governante, porém os ganhos líquidos na troca que farão será percebido por B diferentemente que será percebido por A. Para B seus ganhos serão maiores, o que colocará A com um maior poder de negociação entre ambos, com isso A terá influencia sobre B.

Blau (1967) observa na troca seus respectivos custos e recompensas. Ele afirma que as pessoas tentam maximizar suas recompensas e minimizar seus custos, porém ainda haverá desequilíbrios. Algumas trocas não fornecem os níveis de prazer iguais, ou seja, as recompensas são distintas no sentido do nível de satisfação. Assim, numa troca, alguns geram prazer para os outros, isso gera custos, esses custos por sua vez são irrecuperáveis.

De acordo com Blau (1967) diz que:

Em resumo, os prêmios que os indivíduos obtêm em associações sociais tendem a impor um custo a outros indivíduos. Isto significa que a maioria das associações envolvem jogos de soma zero nos quais os ganhos de alguns se residem nas perdas de outros. Bem ao contrário, os indivíduos se associam uns com os outros porque todos eles lucram com a sua associação. Mas eles não necessariamente lucram todos igualmente, nem eles partilham igualmente o custo de prover os benefícios, e mesmo que não haja custos diretos para os participantes, há freqüentemente custos indiretos suportados por aqueles excluídos da associação, como ilustra o caso dos pretendentes rejeitados (Blau, 1967:15).

Para ele os indivíduos associam-se uns com os outros de maneira voluntária motivados pelas recompensas que podem causar sobre outros. Na troca social as obrigações não são específicas, ou seja, não há um contrato formalizado que garanta as obrigações da troca, diferente da troca econômica. Na troca econômica o contrato formaliza as trocas, assim, as obrigações são específicas. (Blau, 1967)

A troca política pode ser caracterizada por duas dimensões: quanto aos benefícios e quanto a especificidades. Quando se fala no âmbito do benefício, a troca política tem algumas semelhanças com a troca econômica e a troca social, dentre elas está: ganhos simbólicos, advindo do poder econômico; e ganhos materiais advindo de cooperação instrumental. Os ganhos simbólicos são formados pelo prestígio e a influência, já os ganhos materiais referem-se ao apoio financeiro/eleitoral. A semelhança com a troca social está presente na geração de sentimentos de obrigação que pode ser citado como exemplo, a confiança e a lealdade.

Quanto à especificidade a troca política não possui contrato, porém gera sempre um calculo que leva em consideração o custo e o benefício entre os representantes e representados. (Bahia, 2003)

Conforme Bahia (2003), a troca pode ser simétrica ou assimétrica. Entende-se por simétrica as trocas que geram recompensas iguais, tanto para um lado quanto para o outro, é considerada, por tanto uma troca equilibrada.

A assimetria é o contrário, caracteriza-se pelo desequilíbrio das recompensas, ou seja, um recebe mais que o outro. A troca política que constitui um processo no qual as recompensas variam, mas sempre com ganhos diferenciados para um dos agentes, possui como característica principal a assimetria, é justamente o caso do clientelismo. As trocas políticas assimétricas clientelísticas são consideradas externalidades negativas, pois impõem custos ou perdas, causando desequilíbrio político a um equilíbrio político considerado ideal. Contudo, as trocas políticas assimétricas clientelísticas caracterizam um equilíbrio, consolidada no momento da relação de barganha.

Os conceitos de troca são abordados desde os tempos de Platão e Aristóteles. Platão afirmou que os seres humanos trocam por que têm necessidade. Aristóteles apresentou duas formas específicas de troca: a natural e a não-natural. A natural se baseia nas necessidades e na realização da satisfação, refere-se ao valor de uso. Já a troca não-natural diz respeito à troca de bens por dinheiro, onde os bens adquirem valor de troca.

Já Maquiavel, afirmou que os governantes devem entender as necessidades psicológicas dos governados assim como seu desejo de maximizar seus ganhos, dessa forma a troca política se torna possível. Baseado nessa afirmação, e na ideia de troca que Platão apresentou, pode-se colocar o clientelismo como um sistema que possui a característica de troca não-natural, onde ao invés de trocar bens por dinheiro a troca é de serviços, apoio e favores por empregos, e ao mesmo tempo é uma troca política que proporciona ao representado e ao representante a maximização dos seus ganhos.

Dessa forma tem-se um breve aparato, segundo a visão de alguns autores de artigos e livros, sobre o conceito de troca e suas essências, sendo possível detalhar a análise das instituições políticas que fizeram parte da história do Brasil, como: o coronelismo, que acabou em 1930; e o clientelismo que está presente até os dias de hoje.

2.2. O Clientelismo ao longo da História

O clientelismo existe por conta da interação entre cliente e *patronus*, um termo latino, caracterizado por ser uma relação de permuta hierarquizada. Nesse caso, o *patronus* possui uma dominância e influência sobre o cliente. É uma relação de troca que não possui uma

aparência mercantil e nem uma conotação monetária visível, mas pode haver nessa relação tais conseqüências e resultados. (Bahia, 2003)

No clientelismo os pagamentos entre ambos, *patronus* e cliente, são de certa forma ocultos, pois não possuem notas fiscais, recibos, contratos físicos, ou qualquer meio de comprovação, sendo por isto, tão difícil de comprovar sua existência.

Essa interação privilegia o acesso, por parte de alguns agentes econômicos, a cargos, bens e recursos, e existem, tanto nos sistemas privatizados como nos sistemas governamentais.

Ao longo da história o clientelismo se fez presente. Ele existiu na Grécia antiga, onde sua presença foi registrada por Tucídides, que observou relações de amizade e de permutas entre familiares. Esteve presente na Roma antiga, onde a relação agora é entre sujeitos de status diferenciados, porém que ainda participavam da comunidade familiar.

Segundo Bobbio (1986), no clientelismo romano, o *patronus*, que tinha uma posição mais elevada, além de dar proteção, de defender seu cliente em juízo lhes oferecia:

[...] as próprias terras para cultivo e seus gados para criar; um ou mais clientes, indivíduos que gozam do status de libertos, geralmente escravos libertos, ou estrangeiros imigrados, os quais retribuem, não só mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando de várias maneiras o patronus, defendendo-o com as armas, testemunhando a seu favor perante os tribunais e prestando-lhe, além disso, ajuda financeira, quando as circunstâncias o exigem (Bobbio, 1986: 177).

É notória a semelhança entre o clientelismo atual moderno e o romano descrito acima. Algumas características são bem visíveis, como: no mando, na dependência recíproca e assimétrica, e na relação baseada na influência.

Os clientes “não eram servos [...] eram gente modesta [...] entravam em uma relação de proteção com um cabeça de família ou linhagem ou com o rei, e recebiam instrumentos e terras [...] e quase sempre sua situação foi hereditária [...]” (Weber, 1964:1036).

Pode-se observar, na visão deste pensador, que o cliente era independente, mantinha uma interação com alguém que detinha uma posição hierárquica maior que a sua, e trazia essa interação como fruto de uma herança deixada por seus antepassados.

O termo clientela, durante a Renascença italiana, era usado na descrição dos vínculos não contratuais existentes entre homens de grande prestígio e homens com menor prestígio, e

esses vínculos eram realizados através de promoção em carreiras, apadrinhamento, proteção, empréstimos etc.

2.3. Coronelismo

No Brasil vários sistemas políticos e características se confundem, sendo que, ao longo do tempo esses sistemas e características contribuíram e influenciaram consideravelmente no modo de se fazer política no país. Dentre tantos, o coronelismo foi um deles.

No governo imperial brasileiro, foi criada a Guarda Nacional que ficou responsável pela integridade do Império e pela constituição. Os cargos eram nomeados pelos governadores ou presidentes das províncias, o que gerou na época, um grande tráfico de influência e uma grande corrupção política. O Brasil era formado por grandes oligarcas e latifundiários, estes, começaram a financiar campanhas políticas de seus “afilhados”, e conseqüentemente começou-se a gerar uma troca de favores, onde estas se resumiam no poder de comandar a guarda nacional. Com uma estrutura montada, o título de coronel da guarda nacional passou a equivaler como um título nobiliárquico, que era concedido aos grandes detentores de terras. Assim os coronéis adquiriram o poder necessário para submeter o povo e os escravos a suas vontades. O coronelismo foi um fenômeno social e político com raízes firmadas no Império, e decorreu da montagem de instituições modernas, no sentido da autonomia estadual e do voto universal, que se baseou na grande propriedade rural e nos interesses particulares (Silva & Bastos, 1988; Saldanha, 2007; Gomes, 2006)

Carvalho (1996) afirma que o coronelismo pode ser entendido, sobre alguns pontos de vista, como um sistema onde existia a troca de barganha entre políticos e coronéis ocorridos no Brasil em um determinado período. Nesse caso, os governadores garantiram o poder do coronel perante seus rivais em cargos públicos, como por exemplo: professoras de primário.

Observando o clientelismo nas suas várias conotações podemos concluir que a conotativa histórica é a ideal para explicar o coronelismo. A ideia da relação social no modelo cliente-*patronus*, que caracteriza o clientelismo, possuem permutas de caráter hierárquico, ou seja, há uma troca que não se remete a valores financeiros e o tomador do “favor” se vê obrigado a pagar (Bahia, 2003).

Levando em consideração: o contexto histórico em que o coronelismo surgiu; as afirmações sobre a troca; e uma das características principais do clientelismo, que é o modelo cliente-*patronus*; pode ser afirmado, que o coronelismo surge a partir de uma relação

clientelística entre o governo ou presidentes das províncias e os grandes detentores de terra, os latifundiários, que ficariam conhecidos mais tarde como os coronéis.

Já a relação de troca que existiu entre o coronel e o eleitor foi denominada de troca de favor, onde o coronel oferecia favores ou bens materiais de pouco valor, como: remédios, sacolas de alimentos, vagas em hospitais, dinheiro emprestado e emprego.

O coronelismo perdeu espaço com a modernização das áreas urbanas e a ascensão de novos grupos sociais, principalmente na década de 1920 e 1930. Embora tenha perdido espaço, o coronelismo contribuiu para a construção da política no Brasil. Dessa forma a abordagem do coronelismo neste trabalho é simplesmente para mostrar o poder que o clientelismo possui, e a influência negativa que ele teve e tem para o desenvolvimento da democracia no Brasil. É importante colocar que essa influência gera danos notórios e consideráveis para a população.

2.4. O Governo do PT e o Clientelismo

A partir conceito de troca, das principais características do clientelismo e de sua existência na história, é possível, agora, entender seus conceitos e verificar como essa instituição política pode influenciar a tomada de decisão da população ou clientes, de uma maneira considerável, influenciada pela forma de governar de um *patronus*.

Para Wolf (1966), uma relação amigável quando atinge um determinado ponto máximo de desequilíbrio, ou seja, quando um agente proporciona ao outro mais do que pode ganhar, altera sua forma passando de amizade para uma relação cliente/*patronus*.

No século XX a relação cliente/*patronus* se modifica, ao invés de trocar bens e serviços equivalentes ela fica mais tangível por parte do *patronus* e menos tangível por parte do cliente, ou seja, as trocas assumem uma característica assimétrica, com o *patronus* dando ajuda econômica e proteção contra cobranças legais e ilegais das autoridades, e com os clientes demonstrando respeito e lealdade para com os seus *patronus*. A lealdade e o respeito, cedido pelos clientes, geram benefícios aos *patronus*, dentre eles: estímulo do canal de lealdade, criação de boa vontade, acréscimo de nome e fama ao seu patrão; contribuição através de apoio político; e a tentativa de convencer terceiros a compartilhar da mesma ideia. A esse ponto o cliente já não toma outro como seu “patrão” e assegura seu voto e apoio político aquele *patronus* que lhe ofereceu bens e créditos. (Wolf, 1966)

Tomando por base essas abordagens, e trazendo para realidade brasileira essas informações, podemos afirmar que as relações clientelistas tomam proporções cada vez maiores, e influenciam na tomada de decisão dos eleitores.

O governo do Partido dos Trabalhadores, que tomou posse em 2002, com a representação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adotou formas de políticas de cunho clientelistas, utilizando políticas monetárias e fiscais, além de políticas de distribuição de renda e sociais, mobilizando assim grande parte da população, e fazendo com que os mesmos criassem lealdade e respeito pelo *patronus*, Lula. Será dada ênfase aos oito primeiros anos do governo petista, no qual foi claro e notório a presença do clientelismo. Assim, serão mostradas a seguir algumas políticas econômicas ocorridas no governo Lula, e como se comportou a economia brasileira nesse governo, a fim de, posteriormente, integrar e relacionar as atitudes do *patronus* e as influências dessas atitudes na decisão de escolha da população seguindo uma concepção clientelista.

2.4.1. As Políticas Econômicas do Governo Lula

Comumente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usava a frase “Nunca antes na história desse país”, para expressar que durante seu governo pudemos observar estatística e empiricamente, indicadores que não tivemos no governo de nenhum dos seus antecessores. Resultados econômicos, como aumento do crescimento anual do PIB, crescimento do nível de emprego, redução de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza, crescimento industrial, entre outros pontos podem ser citados para corroborar sua celebre frase. O exposto ao longo desse tópico busca retratar os rumos econômicos e sociais que o governo Lula tomou, com suas continuidades e rupturas.

Para um melhor entendimento dos acontecimentos a serem discutidos, é importante ressaltar que o governo anterior do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), caracterizou-se por políticas ortodoxas para regular as altas taxas inflacionárias, resultando em um baixo crescimento do PIB, grande alta dos níveis de desemprego e aumento da discrepância social, gerando assim uma grande crise no país. Diante desse cenário o presidente Lula, optou primeiramente pela manutenção de políticas macroeconômicas adotadas por FHC, e posteriormente e, apoiado na conjuntura em que o cenário econômico se encontrava, deu novo fôlego ao modelo econômico herdado, focando sua atuação principalmente na

manutenção do controle inflacionário, redução da vulnerabilidade externa e expansão dos investimentos e da abrangência dos programas sociais.

Sobre esses acontecimentos Mattei e Magalhães (2011) destacaram que a princípio o governo estava atrelado a uma equipe de formas ortodoxas de gerir a economia, como por exemplo, as equipes que controlavam o Banco Central e o Ministério da Fazenda. Perante isso é que se foi aprofundado as políticas anteriores, apenas com pequenos ajustes. A princípio o governo visou às reformas previdenciárias, tributária e monetária. Na previdência o foco foi abrir espaço para previdências privadas em relação ao funcionalismo público, apartando a responsabilidade do Estado. No que diz respeito à reforma tributária, foi mantido o ideário neoliberal da desoneração do produto, que apenas mascara o problema da desigualdade tributária, apoiada pela ideia de aumento nos ganhos do governo visando a retomada da confiança de investidores. No tocante a reforma monetária defendeu-se a tese de independência do Banco Central para uma melhor condução das políticas monetárias sem “interferência” política.

Diante do crescimento da demanda e da mudança da equipe econômica do governo Lula, agora mais identificada com o cenário nacional, adotam-se políticas de incentivo ao consumo e formula-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), configurando uma maior intervenção do Estado na economia, onde este voltou a orientar investimentos privados na ampliação da estrutura do país e maior capacidade de investimento. Entretanto, o país ainda se via atrelado ao Mercado Financeiro. No que diz respeito a transações comerciais o Brasil, se viu numa conjuntura favorável, onde se obteve um crescimento das exportações com o aumento das commodities agroindustriais no quadro exportador, que ajudou em um todo para o crescimento do produto e do emprego doméstico. Essa crescente alta nas exportações teve um papel muito importante na economia brasileira, elevando as reservas internacionais e ajudando a zerar a dívida externa brasileira.

Com relação ao controle inflacionário o governo Lula adotou um rígido arrocho fiscal, com domínio consciente sobre as taxas de juros, ações que no primeiro mandato resultaram na elevação dos superávits primários, atrelado ao rigor fiscal, o sucesso se deve ao controle dos preços da economia. Durante três vezes a taxa de inflação oficial do país, medida pelo IPCA, ficou dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), isso durante os oito anos de governo de Lula.

No tocante a desigualdade de renda, o governo Lula deu o passo mais importante para que a população reconhecesse e se tornasse leal ao modo de governar do PT, fazendo uso de

programas sociais para amenizar essas discrepâncias, e segundos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) o governo conseguiu alcançar um menor nível de desigualdade no país. Durante o período tiveram vários programas sociais, dentre eles o mais elogiado e que teve mais notoriedade e respaldo foi o Bolsa Família, que foi criado em outubro de 2003 com finalidade de transferência de renda direta as famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 100,00. O governo federal procurou integrar todos os outros em um só. O intuito era agilizar o repasse dos recursos e diminuir a burocracia, para assim dá transparência ao programa.

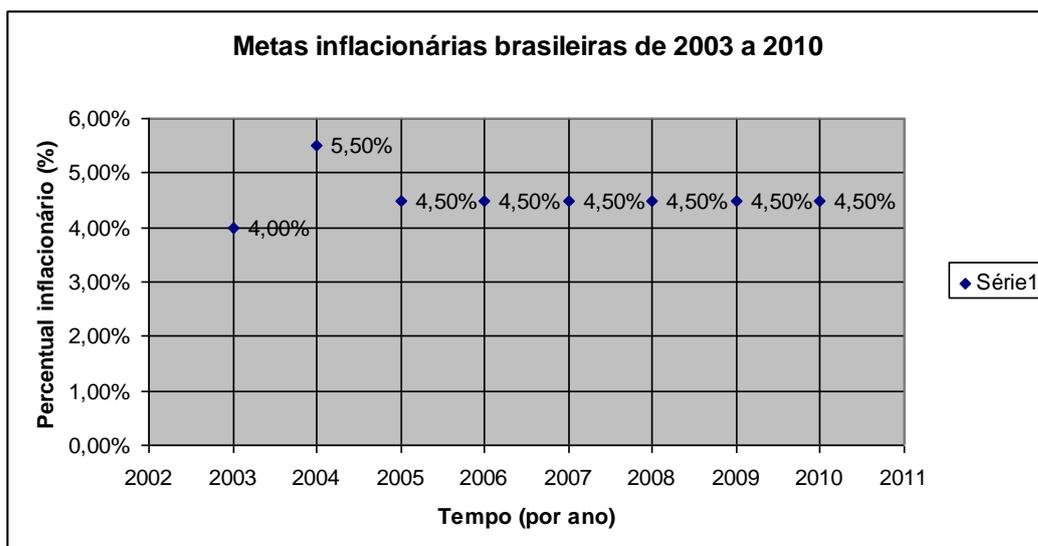
No que diz respeito ao mecanismo de pagamento, havia dois tipos de benefício: o básico e o variável. Na primeira situação, era designado o valor de R\$ 50,00 reais para as famílias com renda *per capita* mensal de R\$50,00 reais, consideradas extremamente pobres. Para a segunda situação, uma família com renda *per capita* mensal entre R\$50,00 reais e R\$100,00 reais e com filhos matriculados e freqüentando a escola e com idade de até 15 anos recebiam um benefício de R\$15,00 reais por filho, sendo que o quantitativo de filhos que podia ser cadastrado limitava-se a três. Por tanto, o valor máximo que as famílias poderiam obter era R\$ 95,00 reais.

Diante dessas políticas expostas pode-se ver que o governo Lula adotou políticas de certa forma ortodoxa, diferentes do que se propunha na campanha a eleição, com a manutenção das ideias deixadas pelo governo anterior a fim de atender os contratos, entre outras metas. Manteve seu caráter populista visando o crescimento dos níveis de emprego e diminuição da pobreza. Como poderemos ver a seguir os resultados numéricos alcançados pelo governo Lula.

2.4.2. A Economia Brasileira no Governo Lula

No governo Lula a inflação se manteve controlada houve o crescimento econômico e a distribuição de renda melhorou. Nesse período, houve uma convergência entre a taxa efetiva de inflação e a meta que o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinara. A política econômica adotada manteve basicamente o mesmo arranjo traçado na segunda gestão do governo FHC, onde foi enfatizado a taxa de câmbio flutuante, metas inflacionárias e ajuste fiscal. No gráfico 1, temos as metas inflacionárias nos anos de 2003 a 2010.

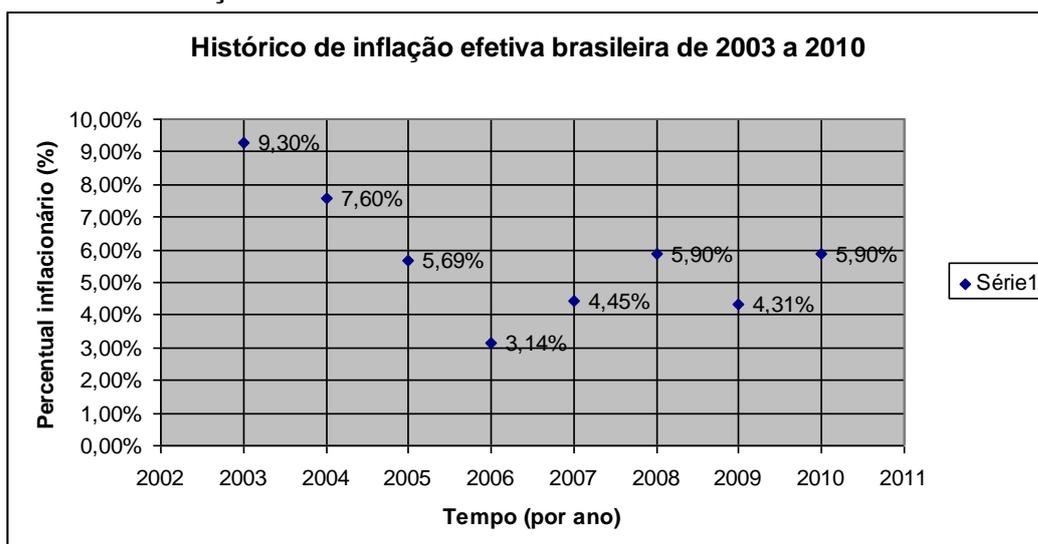
Gráfico 1: Metas Inflacionárias



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

Segundo Curado (2011), com a determinação da taxa de juros no regime de metas de inflação, o objetivo é alcançar a meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), porém a política conduzida pelo COPOM não deve ser a única com esse fim. O gráfico anterior mostra que as metas inflacionárias giraram em torno de 3,25% a 5,5% durante todo o período do governo lula, uma perspectiva ousada e nem sempre atingida, assim como observaremos a seguir.

Gráfico 2: Inflação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

Comparando os dois gráficos é possível observar que a tentativa de atingir a meta em 62,5% do total do tempo (oito anos de governo), não foi alcançada, ou seja, a meta inflacionária foi sempre inferior a taxa de inflação efetiva anual.

Nos anos de 2006, 2007 e 2008, a taxa efetiva ficou abaixo da meta proposta pelo CMN, já nos demais anos ela foi muito superior tendo atingido o maior grau no primeiro ano do governo Lula, o que pode ser amenizado quando se leva em consideração uma possível ineficiência da gestão anterior, tendo em vista, as quedas gradativas ocorrida durante todo o período até o fim do governo. Alcançar uma meta inflacionária requer muitos manejos, tanto de políticas fiscais como monetárias, além de outros artifícios, e têm de ser feito de maneira coordenada e ajustável, o que não ocorreu no governo Lula.

Foi sintetizado de forma clara por Gonçalves (2010):

Quanto à questão externa, não há dúvida que o governo Lula se beneficiou de uma conjuntura extraordinariamente favorável no período de 2003 até meados de 2008. Portanto, parte expressiva do mérito quanto à redução dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural deriva da fase ascendente do ciclo internacional. Não é por outra razão que, na fase descendente do ciclo internacional, a crise global de 2008-09 teve forte impacto negativo sobre a economia brasileira (por exemplo, queda de 0,2% do PIB em 2009). (Gonçalves. 2010, P.6).

De uma forma direta a economia brasileira foi influenciada, no governo Lula especificamente, por incentivos externos, proporcionando assim, juntamente com políticas precisas, o crescimento econômico brasileiro.

Em 2003, no primeiro trimestre a relação investimento/PIB foi de 16,23%. Em 2008, no terceiro trimestre já apontava a taxas de 20,1% e terminou 2010 com 17,85%. Essa queda observada entre 2008 e 2010 foi muita por conta da crise financeira ocorrida nos Estados Unidos. O crescimento econômico no governo Lula se refletiu muito explicitamente nas taxas de desemprego. Em 2003 a taxa de desemprego bateu na casa dos 11,3%, em 2010 ela foi de 6,1%, o menor patamar já registrado até então. Além de diminuir o desemprego outros impactos ocorreram: como o aumento do grau de formalidade e o aumento do rendimento médio real.

Com o aumento nas taxas de desemprego incentivando assim o consume da população as taxas do PIB brasileiro sofreu grandes alterações em relação às taxas observadas nas décadas passadas.

Tabela 1
Brasil
Evolução do PIB
(percentual %)
2003-2010

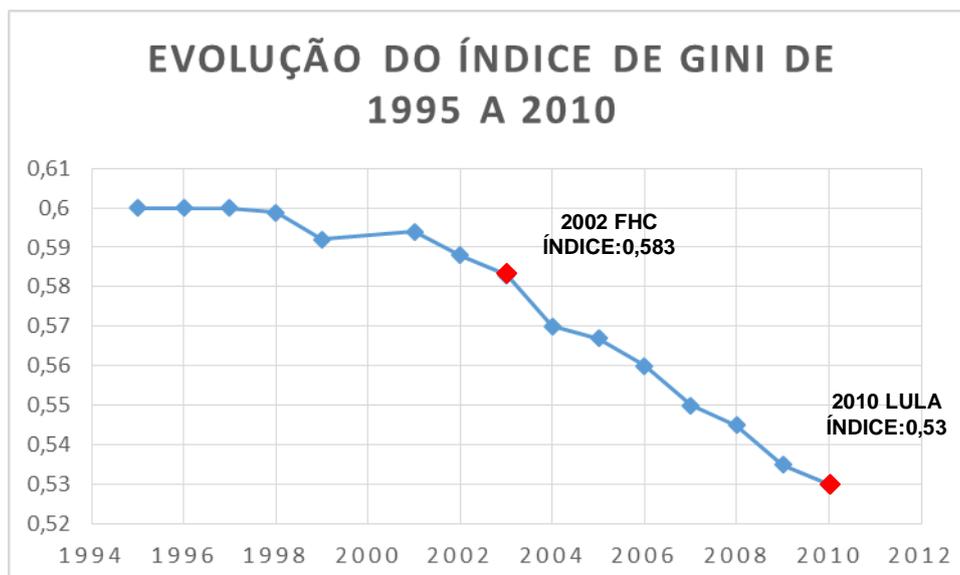
ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	1,1	5,7	3,2	3,7	4,0	5,7	-0,2	5,0

Fonte: IBGE. Adaptado de Barbosa e Bezerra.

No ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, houve um baixo crescimento do PIB de 1,1%. Nos anos seguintes houve uma aceleração considerável, e o PIB cresceu a taxas satisfatórias que confirmou o sucesso do governo Lula nesse devido aspecto. No ano de 2009 houve uma queda, devido à crise econômica ocorrida nos Estados Unidos, que fez com que a taxa de crescimento desta variável ficasse em -0,2 %. Com isso nos oito anos do governo Lula a média de crescimento do PIB foi de 3,52%.

Houve um golpe positivo na distribuição de renda e na redução da pobreza. O índice de Gini, que mede o nível de concentração de renda, atingiu em 2009 a marca de 0,53. Abaixo um quadro evolutivo do índice de Gini nos Governos FHC e Lula.

Gráfico 3: Evolução do Índice de Gini de 1995 a 2010



Fonte: PNAD (IBGE-a). Elaboração própria.

No governo FHC o nível era de 0,6 em 1995 e obteve uma queda entre 1997 e 2002 chegando ao fim de 2002 com 0,583. Porém no governo petista, o índice tem quedas mais

bruscas e ainda mais consideráveis chegando ao final de 2010 com 0,53, o que representou quase o dobro da queda no mesmo período do governo anterior.

De acordo com os dados do IPEA, a pobreza sofreu o impacto do crescimento econômico. A taxa extrema de pobreza que era de 11,49% em 2005 passou para 7,28% em 2009. A evolução da taxa de pobreza do país caiu de 30,82% em 2005 para 21,42% em 2009. A retomada do crescimento econômico juntamente com a ampliação do mercado formal de trabalho desempenhou um papel importantíssimo para os avanços na distribuição de renda e na queda da pobreza. Porém não só esses fatores concorreram para esse feito. A política de transferência de renda com o programa Bolsa família e a política de elevação no salário mínimo real teve sua importância. Essas atitudes movimentaram positivamente a demanda agregada, o consumo das famílias brasileiras aumentou. Esse aquecimento foi muito bem vindo na época.

Tabela 2
Brasil
Bolsa-Família
2004-2009

Ano	Bolsa Família (Famílias Atendidas)	Bolsa Família (Pagamentos de Benefícios)
2004	6.571.839	3.791.785.038,00
2005	8.700.445	5.691.667.041,00
2006	10.965.810	7.524.661.322,00
2007	11.043.076	8.965.499.608,00
2008	10.557.996	10.606.500.193,00
2009	12.370.915	12.454.702.501,00
2010	12.778.220	14.372.702.865,00
2011	13.352.306	17.360.387.445,00

Fonte: SAGI/MDS. Adaptado de Mattei.

A tabela 2 mostra a relação entre o número de famílias beneficiadas pelo programa bolsa família e os valores monetários em reais. É possível perceber que em 7 anos a quantidade de famílias beneficiadas quase que duplicou, partindo de cerca de 6,5 milhões em 2004 para mais de 12,7 milhões em 2010. Dá mesma forma aconteceu com os valores monetários, só que com uma proporção ainda maior. Em 2003 era pago cerca de 3,7 bilhões

de reais para as famílias cadastradas, esse valor mais que quadruplicou chegando a mais de 14,3 bilhões de reais em 2010.

A queda observada em 2008 tem relação com a crise econômica dos Estados Unidos da America, segundo alguns especialistas, cujos efeitos terminaram chegando ao Brasil.

Tabela 3
Brasil
Indicadores de Salário e Consumo das Famílias
(Variação Anual em %)
2003-2009

Ano	Variação percentual real do Salário Mínimo	Consumo das Famílias (%)
2003	1,23	-0,7
2004	1,19	3,8
2005	8,23	4,5
2006	13,04	5,3
2007	5,10	6,3
2008	4,03	7,1
2009	5,79	4,1

Fonte: IPEADATA apud Barbosa e Bezerra.

Como pode ser visto, na tabela acima, o salário mínimo real das famílias brasileiras sofreu um considerável aumento e os trabalhadores obtiveram ganhos reais. “O salário mínimo teve um ganho real de 37,0%”(Barbosa e Bezerra, 2012, p.18). Consequentemente a esse fato, o consumo das famílias aumentou fazendo com que o produto da economia brasileira crescesse e alcançasse patamares consideráveis.

2.5. As Motivações e os resultados das Eleições

Na corrida eleitoral de 2010 foi essencial mostrar “os números positivos da economia, que em 2010 apresenta forte crescimento; os programas sociais e a redução da desigualdade e a forte mobilidade social que ascendeu quase trinta milhões de pessoas para a classe média” (Azevedo, 2011, p. 17) o que fez com que o eleitor votasse pelo cenário positivo em que a economia brasileira estava. Assim, o papel de Lula como cabo eleitoral de Dilma nas eleições de 2010 foi significativa para que ocorresse a vitória da mesma. (Luchesi & Azevedo, 2013) Segundo Tavares (2010):

A eleição presidencial ganhou, a partir de agora, na minha opinião, o caráter plebiscitário. Os que gostam do governo Lula e os que não gostam. A aprovação de 79% no Datafolha, no recorde desta pesquisa, apresenta uma realidade incontestável: o presidente Lula é um grande cabo eleitoral. O fato de ele conseguir transferir esta credibilidade para Dilma revela que o eleitor apresenta, na maioria, uma gratidão e quer dar um presente ao presidente que sai. (Tavares, 2010)

É fácil notar que o governo realizado por Lula, não deixou na população apenas boa impressão, mas deixou acima de tudo a sensação de estar vivendo melhor, deixou a certeza do poder consumir, criando com isso uma lealdade e um respeito típicos das relações clientelistas, onde se vê um apoio ao candidato seguinte, apenas pela gratidão ao *patronus*.

Votarei (2010) expõe as razões para votar em Dilma:

A primeira razão é que o Brasil vai bem e posso esperar de Dilma uma continuidade da obra de Lula: economia estável e o combate à pobreza e à desigualdade social [...] a razão mais significativa para votar em Dilma, portanto, é a continuação do trabalho social do governo, que estaria sob ameaça – mas não necessariamente se extinguiria – em um governo da oposição. Um exemplo é o programa Bolsa Família. (Votarei...,2010)

O povo estava mobilizado e consciente que as ações do governo petista foram boas e queriam dá prosseguimento aos benefícios que obtiveram da gestão passada. O Bolsa família, estando dentro dos trabalhos sociais, contribuiu muito para esse “mobilização” coletiva, dando margem para concretizar um resultado quase que previsível e muito esperado por mais de 55 milhões de brasileiros.

“O apoio do ex-presidente Lula na campanha de Dilma em 2010 foi fundamental para sua vitória”¹(informação verbal).

Tabela 4
Brasil
Resultado final da eleição presidencial de 2010

Candidato	Quantidade de votos (percentual%)	Quantidade de votos
Dilma	56,05	55.752.529
José Serra	43,95	43.711.388

Fonte: Jornal o Globo. Elaboração própria.

¹ Discurso de Eduardo Campos. Notícia fornecida pelo Diário de Pernambuco, em 21 de maio de 2014.

A tabela 4 mostra que a quantidade de votos recebida pela candidata Dilma foi de mais de 55 milhões de votos, enquanto que o candidato José Serra obteve pouco mais de 43,7 milhões de votos, uma diferença de um pouco mais de 12 milhões de votos.

2.6. O Poder do Clientelismo sobre Democratização

A influência causada pelo clientelismo político exercido pelo governo Lula, deu margem para que a disputa eleitoral de 2010 fosse conquistada pela candidata apoiada pelo mesmo. Essa comprovação de influência, demonstrada acima, indica que o clientelismo atrofia a mente da parte mais beneficiada ou pelo menos reduz a capacidade crítica de comparar candidatos, no caso, apenas levando em consideração os feitos individuais de seu *patronus*.

Segundo Franco (2002), o clientelismo não contribui para o desenvolvimento do capital humano, e é extremamente nocivo ao capital social. O desenvolvimento de uma localidade ou até mesmo de uma nação é cessado, a partir do momento que há uma verticalização das relações acompanhada paralelamente com o desestímulo ao contato e as conexões horizontais, quando há a desmobilização da criatividade que impossibilita a resolução de problemas coletivos, quando a competitividade é estimulada num grau maior que a cooperação ao ponto que a primeira substitua a segunda na competição por recursos exógenos e quando a colaboração não se expande, o que acarretaria uma reprodução social.

A manutenção da verticalização da esfera pública pelo clientelismo dificulta a democratização da sociedade. Assim os programas de combate a pobreza, e a maneira que ele é feito não causa efeito na diminuição da mesma, muito pelo contrário, tem o efeito de alimentar de forma contínua “a cadeia vertical de subordinação e favores pela qual se exerce o clientelismo”. (Franco, 2002, Pag.2)

3. CONCLUSÃO

Tentando entender a influência que o clientelismo possui sobre a população eleitoral foi tomado como exemplo os feitos positivos do governo Lula, sendo possível perceber que as pessoas respeitaram e levaram em consideração os feitos positivos para chegar a um veredicto e assumir uma posição a favor da candidata apoiada pelo presidente.

O processo que compreende o clientelismo vai além de um acordo ou contrato não-físico firmado, ele permeia e engloba um leque maior de operações e arranjos. O clientelismo se dá tanto numa interação entre dois indivíduos como também de um indivíduo para um conjunto de pessoas ao mesmo tempo, e por vezes esta relação pode se dar sem o conhecimento de uma das partes ou até mesmo de ambos.

Dessa forma, tendo por base: o bom desempenho do PIB brasileiro, uma maior distribuição de renda apontada pelo índice de Gini, a quantidade de famílias recebendo o Bolsa Família, e o aumento real do salário mínimo, tudo isso contribuiu para que as famílias consumissem mais, e obtivessem um impacto positivo em suas expectativas adaptativas.

Ao olhar para trás, e observar que o governo petista fez uma boa gestão, diferente de tudo que aquela geração viverá, a população tentou manter a mesma ideologia de governo. Pode-se assim dizer que a população sentiu no bolso as políticas econômicas e sociais, cujo carro chefe foi o Bolsa Família, do governo petista, e enxergou na candidata apoiada por Lula uma possível mantenedora dos incentivos financeiros obtidos na gestão que se findava. Com isso, a maioria da população, movida pela satisfação de poder comprar desde alimentos até automóveis, transferiu esta satisfação para as urnas, e fez com que a candidata obtivesse êxito nas eleições para presidente em 2010.

Pelo que foi percebido, o fenômeno que ocorreu, para que o governo Lula obtivesse tanto respeito por parte da população e esta se mantivesse leal a ele, foi justamente o encaixe de uma troca clientelista que a todo tempo manteve suas principais características. Dessa forma, entendeu-se que o clientelismo tem o poder de estagnar uma nação, fazendo com que a subjugação em que a população está inserida seja determinante para que a democracia não seja exercida.

O combate ao clientelismo, que causa danos a qualquer sociedade, só pode ser detida por uma educação de qualidade além de um esclarecimento a todos os cidadãos, a fim de evitar que haja uma predominância de alguns grupos sobre outros, o que impede o melhoramento social, político e econômico de qualquer coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. A. **Eleições presidenciais: clivagem de classe e declínio da grande imprensa.** Revista USP. v90, p. 84-101, 2011.

BARBOSA, G, G. BEZERRA, A, P, B. **Economia Política e Política Econômica no Brasil Recente: O Neodesenvolvimentismo “Restringido” do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.** Revista de Economia Política e História Econômica, número 31, Janeiro de 2014.

BAHIA, L, H, NUNES. **O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política.** Editora Renovar. Rio de Janeiro, 2003.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2ª Ed. 1987.

CARVALHO, J, M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual.** Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, outubro, 1996.

CURADO, M. **Uma avaliação da economia brasileira no governo lula.** Economia & Tecnologia – Ano 7, volume Especial – 2011. Paraná, 2011.

FARIAS, F, P. **Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma abordagem alternativa.** Revista de Sociologia e Política nº15, p.49-65, Curitiba, novembro, 2000.

FILHO, V, A. **Clientelismo e Política no Brasil: Revisitando velhos problemas.** Revista Novos Estudos, CEBRAP nº 38, março 1994. PP 225-240.

FLÁVIO, H. D. SALDANHA. “**Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**”. Pág.154, 2º parágrafo.

FRANCO, A. **Pobreza & Desenvolvimento Local.** Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. Disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos/pobreza-desenvolvimento-local-exclusao-social/pobreza-desenvolvimento-local-exclusao-social2.shtml>>. Acessado em 6 de maio de 2014.

GIL, A, C. **Método e Técnica de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas.** Cia das Letras, 2006.

GONÇALVES, R. **Análise comparativa do governo Lula: Resultados e Metodologia.** Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Sistema SIDRA.** < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> > Acessado em: 10 maio de 2014.

IPEA (Org.). **Boletim de conjuntura 2004.** Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/default.asp>>. Acessado em 15 maio de 2014.

IPEA (Org.). **Boletim de conjuntura 2005**. Disponível em [C1 <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>](http://www.ipea.gov.br/default.jsp). Acessado em 15 de maio de 2014.

IPEA (Org.). **Boletim de conjuntura 2006**. Disponível em [em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>](http://www.ipea.gov.br/default.jsp). Acessado em 15 de maio de 2014.

IPEA (Org.). **Boletim de conjuntura 2007**. Disponível em [em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>](http://www.ipea.gov.br/default.jsp). Acessado em 15 de maio de 2014.

IPEA (Org.). **Boletim de conjuntura 2008**. Disponível em [em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>](http://www.ipea.gov.br/default.jsp). Acessado em 15 de maio de 2014.

LUCHESI, R, M. AZEVEDO, F, A, F. **A influencia de lula na campanha eleitoral de Dilma nas eleições de 2010**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://www.semanasociais.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/03/Anais-sociais-com-artigo-20.pdf>. Acessado em 13 de junho de 2014.

MAGALHÃES, L, F. MATTEI, L. **A Política Econômica Durante O Governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados e Perspectivas**. In. “Nunca antes na história desse país...”? um balanço das políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011.

MATTEI, L. **Políticas públicas de combate à pobreza no Brasil: o caso do programa bolsa família**. Revista Soc. Brás. Economia política, São Paulo, nº 33, p.147-176, outubro 2012.

O Globo. **Resultado das eleições presidenciais de 2010**. Disponível em [em <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-2-turno/index.html>](http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-2-turno/index.html). Acessado em 25 de junho de 2014.

SÁ-SILVA. RONIE, J. **Pesquisa documental: Pistas Teóricas e Metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009.

SILVA, F, A. BASTOS, P, I, ASSIS. **História do Brasil: Colônia, Império e República 2ª**. [S.l.]: Moderna, 1988. 220-221 p.

TAVARES, A. **Influência de Lula e Dilma**. Ano 28 - Nº 1.433. Goiânia, 28 de Agosto de 2010. Disponível em [em <http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10307:influencia-de-lula-e-dilma&catid=47:articulistas&Itemid=106>](http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10307:influencia-de-lula-e-dilma&catid=47:articulistas&Itemid=106). Acessado em: 11/06/2014

VOTAREI, incerto. **Por que votarei em Dilma Rousseff**. Disponível em [em <http://suspensaodejuizo.wordpress.com/2010/09/26/por-que-votarei-em-dilma-rousseff/>](http://suspensaodejuizo.wordpress.com/2010/09/26/por-que-votarei-em-dilma-rousseff/). Acessado em: 23/07/2014